

		ANTES DA LEI Nº 12.101/2009 (antes de 30/11/2009*)	A PARTIR DA LEI Nº 12.101/2009 (a partir de 30/11/2009*)	DEPOIS DA LEI Nº 12.868/2013, QUE ALTEROU A LEI Nº 12.101/2009 (a partir de 16/10/2013*)
COMUM PARA TODAS AS ÁREAS	➤ Utilidade Pública Federal e Estadual ou do Distrito Federal ou Municipal.	✓		
	➤ Certificado (CEBAS) e Registro de Entidade de Fins Filantrópicos (CNAS), renovado a cada três anos.	✓		
	➤ Promova a assistência social beneficente, inclusive educacional ou de saúde, a menores, idosos, excepcionais ou pessoas carentes.	✓		
	➤ Vedada qualquer remuneração, benefício ou vantagem aos diretores, conselheiros, sócios e etc.	✓	✓	
	➤ Aplique integralmente o resultado operacional na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais apresentando, anualmente, o relatório de suas atividades ao órgão do INSS.	✓		
	➤ Manter escrituração completa de suas receitas e despesas.	✓		
	➤ Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas.	✓		
	➤ Apresentar, anualmente, Declaração de Rendimentos.	✓		
	➤ Recolher os tributos retidos sobre os rendimentos por ela pagos ou creditados e a contribuição para a seguridade social relativa aos empregados.	✓		
	➤ Não distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título.	✓	✓	✓
	➤ Montante de gratuidade nunca inferior à isenção usufruída.	✓	✓	✓
	➤ Período mínimo de 3 anos de constituição e prestação de serviços (há exceção).	✓		
	➤ Prestação de contas dos últimos três exercícios.	✓		
	➤ Prestação de contas dos últimos 12 meses anteriores ao pedido de concessão e/ou renovação		✓	✓
➤ Preveja, em seus atos constitutivos, em caso de dissolução ou extinção, a destinação do eventual	✓	✓	✓	

* Data de publicação no Diário Oficial da União (D.O.U.).

	patrimônio remanescente a entidades sem fins lucrativos congêneres ou a entidades públicas			
	➤ Caso seja prestadora de serviços por meio de convênio ou instrumento congêneres com o SUS ou o SUAS, poderá ser diminuído o período para cumprimento dos requisitos necessários a certificação.		✓	✓
	➤ O prazo de validade da certificação será de 1 a 5 anos, conforme critérios em regulamento.		✓	✓
	➤ A entidade que atue em mais de uma área especificada, deverá requerer a certificação e sua renovação no Ministério responsável pela área de atuação preponderante da entidade.		✓	✓
	➤ Aplique suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais.		✓	✓
	➤ Apresente certidão negativa ou positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela RFB.		✓	✓
	➤ Apresente certificado de regularidade do FGTS.		✓	✓
	➤ Mantenha escrituração contábil regular, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, de acordo com as normas do CFC.		✓	✓
	➤ Conserve por dez anos os documentos que comprovem a origem e aplicação de seus recursos.		✓	✓
	➤ Apresente as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas, quando a receita bruta anual for superior ao limite fixado pela LC nº 123/2006		✓	✓
	➤ As entidades que prestam serviços com o objetivo de habilitação e reabilitação de pessoas com deficiência serão certificadas exclusivamente pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, ainda que exerçam suas atividades em articulação com ações educacionais ou de saúde.		✓	✓

	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Vedada qualquer remuneração, benefício ou vantagem aos diretores, conselheiros, sócios e etc. (com exceções). 			✓
ASSISTÊNCIA SOCIAL	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Prestar serviços ou realizar ações socioassistenciais, de forma gratuita, continuada e planejada, para os usuários e para quem deles necessitar, sem discriminação. 	✓	✓	✓
	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Inscrição no COMAS ou no Conselho de Assistência Social do Distrito Federal. 	✓		
	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Integrar o cadastro nacional de entidades e organizações de assistência social. 	✓		
	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Regulamentação, pedido, processamento e decisão junto ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. 		✓	✓
	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Entidades com o objetivo de habilitação e reabilitação de pessoa com deficiência, desde que comprovem a oferta de, no mínimo, 60% de sua capacidade ao sistema de assistência social. 		✓	
	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Prioridade na celebração de convênios, contratos, acordos ou ajustes com o poder público para a execução de programas, projetos e ações de assistência social. 		✓	
	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Comprovação do vínculo da entidade à rede socioassistencial privada no âmbito do SUAS. 		✓	✓
	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Entidades com o objetivo de habilitação e reabilitação de pessoa com deficiência e de promoção da sua inclusão à vida comunitária, no enfrentamento dos limites existentes para as pessoas com deficiência, de forma articulada ou não com ações educacionais ou de saúde. 			✓
	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Inserção dos programas de aprendizagem, que tenham por finalidade a integração de adolescentes, jovens ou de pessoas com deficiência ao mercado de trabalho, como atividades consideradas de assistência social. 			✓
	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Entidades que realizam serviço de acolhimento institucional provisório de pessoas e de seus acompanhantes, que estejam em trânsito e sem condições de autossustento, durante o tratamento 			✓

	de doenças graves fora da localidade de residência.			
	➤ Prioridade na celebração de convênios, contratos ou instrumentos congêneres com o poder público para a execução de programas, projetos e ações de assistência social.			✓
EDUCAÇÃO	➤ Aplicar, anualmente, 20% da receita bruta em gratuidade.	✓		
	➤ Demonstrar adequação as diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação (PNE).		✓	✓
	➤ Atender a padrões mínimos de qualidade.		✓	✓
	➤ Aplicar 20% da receita anual efetivamente recebida.		✓	
	➤ Oferecer bolsas de estudo: no mínimo, uma bolsa de estudo integral para cada 9 alunos pagantes da educação básica e/ou bolsas parciais (50%), quando necessário para o alcance do número mínimo exigido.		✓	
	➤ Prestar informações ao Censo de Educação Básica e ao Censo de Educação Superior.			✓
	➤ Conceder anualmente bolsas de estudo na proporção de 1 bolsa de estudo integral para cada 5 alunos pagantes.			✓
	➤ Oferecimento de bolsas parciais (50%), quando necessário para o alcance mínimo exigido, respeitando a proporção de 1 bolsa integral para cada 9 alunos pagantes.			✓
	➤ Bolsa concedida ao aluno com deficiência, equivalendo 1,2 do valor da bolsa de estudo integral.			✓
	➤ Bolsa concedida ao aluno matriculado na educação básica em tempo integral, equivalendo 1,4 do valor da bolsa de estudo integral.			✓
➤ Pode-se substituir 25% das concessões de bolsa por programas de apoio ao aluno bolsista com			✓	✓

	renda familiar mensal per capita até um salário mínimo e meio.			
SAÚDE	➤ Oferta e efetiva prestação de serviços de, pelo menos, 60% ao Sistema Único de Saúde.	✓		
	➤ Comprovar o cumprimento das metas estabelecidas em convênio ou instrumento congênere celebrado com o gestor local do SUS.		✓	
	➤ Ofertar a prestação de seus serviços ao SUS no percentual mínimo de 60%, considerando as internações e atendimentos ambulatoriais.		✓	✓
	➤ 20% da receita bruta em gratuidade, se o percentual de atendimento ao SUS for inferior a 30%.		✓	
	➤ 10% da receita bruta em gratuidade, se o percentual de atendimento ao SUS for igual ou superior a 30% e inferior a 50%.		✓	
	➤ 5% da receita bruta em gratuidade, se o percentual de atendimento ao SUS for igual ou superior a 50%.		✓	
	➤ A entidade de saúde de reconhecida excelência poderá, alternativamente, realizar projetos de apoio ao desenvolvimento institucional do SUS, celebrando ajuste com a União, por intermédio do Ministério da Saúde, nas seguintes áreas: estudos de avaliação e incorporação de tecnologias, capacitação de recursos humanos, pesquisas de interesse público em saúde, desenvolvimento de técnicas e operação de gestão em serviços de saúde.		✓	✓
	➤ Celebrar contrato, convênio ou instrumento congênere com o gestor do SUS.			✓
	➤ Comprovar, anualmente, da forma regulamentada pelo Ministério da Saúde, a prestação de serviços.			✓
	➤ Manter o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) atualizado.			✓
➤ 20% da receita bruta em gratuidade, se o percentual de prestação de serviços ao SUS for			✓	

	inferior a 30% ou se não houver interesse de contratação pelo gestor local do SUS.			
	➤ 10% da receita bruta em gratuidade, se o percentual de prestação de serviços ao SUS for igual ou superior a 30% e inferior a 50%.			✓
	➤ 5% da receita bruta em gratuidade, se o percentual de prestação de serviços ao SUS for igual ou superior a 50%.			✓